

## Década de 2010 causou mais prejuízos do que a de 1980

*Estudo compara os dois períodos e conclui que, durante os anos 2010, a recessão de 2015-2016 teve efeitos mais adversos do que na década de 1980 porque a economia demorou a se recuperar, agravando sobremaneira o mercado de trabalho com o elevadíssimo contingente de desempregados e concentração da renda*

Segundo estudo comparativo entre os anos 1980 e a década de 2010, feito pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), se o PIB de 2019 aumentar 1% (como esperado pelo mercado), a economia brasileira deverá registrar baixo crescimento médio anual durante esse período, retardando as chances de absorver o contingente de desempregados.

Diferentemente do que aconteceu a partir de 1980, quando, mesmo com as recessões de 1981 e 1983, verificou-se forte capacidade de recuperação, observada através do ritmo de crescimento econômico durante a segunda metade da década.

Cabe ressaltar que a década de 1980 foi o descenso da década de 1970, época do Milagre Econômico de crescimento extraordinário do produto interno. Nos anos 1970, o ritmo de evolução econômica foi bastante acelerado. Nesse intervalo, a economia mais do que dobrou de tamanho porque o crescimento médio foi de 9,7% ao ano.

Já as recessões que acometeram a economia nos dois períodos (1980 e 2010) marcaram fortemente o sistema produtivo. As semelhanças foram os efeitos contundentes sobre as empresas e trabalhadores, a deterioração das condições de vida, o desemprego e a ampliação do fosso socioeconômico existente, devido à má distribuição e concentração da riqueza.

Com base nos dez anos iniciados em 1980 e em 2010, no primeiro intervalo o Brasil cresceu 33,3%, à taxa média anual de 2,9%; a partir de 2010, verifica-se crescimento abaixo da metade, acumulado em 14,1%, com média anual de 1,3%.

Evolução do PIB			
Anos 80	%	Anos 2010	%
1980	9,2	2010	7,5
1981	-4,3	2011	4,0
1982	0,8	2012	1,9
1983	-2,9	2013	3,0
1984	5,4	2014	0,5
1985	7,8	2015	-3,5
1986	7,5	2016	-3,3
1987	3,5	2017	1,3
1988	-0,1	2018	1,3
1989	3,2	2019	1,0***
Acum.	33,3	Acum.	14,1
Média Anual	2,9	Média Anual	1,3

Fonte: FGV e IBGE. \*\*\* Estimativa.

Nos anos 1980, a crise encolheu a produção em 7,2%, ao passo que nos anos 2010 a contração foi ligeiramente menor, de 6,9%. Sendo que a economia não conseguiu encontrar condições suficientes para voltar a crescer a partir de 2017. O crescimento médio entre 2017 e 2019 pode ter ficado em 1,2%. Na década de 1980, depois das recessões, de 1984 até 1989 a economia cresceu aproximadamente 30%.

A série do Produto Interno Bruto (PIB) nos anos 1980 mostra, portanto, que a economia apresentou maior capacidade de se recuperar das contrações do que nos anos 2010. A lentidão da recuperação durante os anos de 2010 pode ser atribuída a menor capacidade de o setor público realizar investimentos, assim como de o setor privado capitanear o crescimento.

Nos anos 1980, a chamada Década Perdida deveu-se com ênfase à crise advinda da vulnerabilidade de o País fazer frente ao pagamento da dívida externa, o que gerou volatilidade cambial e inflação elevada, além de outros problemas.

Nos anos 2010, apesar de não apresentar desequilíbrio no balanço de pagamento, tampouco problemas potenciais com o câmbio e a inflação (que passou a ser submetida ao sistema de metas em 1999), a contração produtiva deveu-se aos ajustes financeiros do setor público, com a redução dos gastos e investimentos a partir da segunda metade da década, principalmente. Na primeira metade, o País orientou-se pelas diretrizes da Nova Matriz Econômica que, por conta do intervencionismo, redundaram no crescimento acelerado das despesas governamentais, potencializando o desequilíbrio fiscal.

Ampliando o foco da observação, as decisões de política pública (monetária, cambial e principalmente a fiscal) posicionaram o Brasil na contramão do resto do mundo. O fenômeno aconteceu nos dois momentos. Sinal de que, enquanto o resto do mundo se ajustava às vicissitudes do mercado global, o Brasil optava por fazer justamente o contrário.

Taxas Médias Reais de Crescimento do PIB (%)		
Região\Período	1981-90	2011-18
Mundo	3,3	3,6
Economias Emergentes	3,3	4,9
AL + Caribe	1,5	1,7
<b>Brasil</b>	<b>1,6</b>	<b>0,9</b>

Fonte: Blog do IBRE.

Estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (IBRE FGV) aponta que, entre 1981-90 e 2011-18, o Brasil cresceu menos do que o resto do mundo e aquém das economias emergentes. Somente entre 1981-90 conseguiu superar o crescimento das economias da América Latina e Caribe. Conclusão: o estudo revela que o Brasil andou a reboque da economia internacional, deixando atrasado o seu desenvolvimento.

### Taxa de Investimento (Formação Bruta de Capital Fixo)

O investimento é uma variável que liga o presente ao futuro. Ele se constitui no aumento dos gastos correntes que determinarão o nível de produção futuro. Relaciona-se com a estrutura produtiva, os ativos fixos, novas empresas, edificações, infraestrutura, máquinas, instalações, plantas, etc.

Como a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) são os gastos das empresas com equipamentos para aumentar a produção, sua queda compromete o crescimento econômico. Vale dizer que em ambas as décadas as recessões derivaram também da retração desta variável.

Ano	FBCF	Ano	FBCF
1980	9,2	2010	7,5
1981	-4,3	2011	4,0
1982	0,8	2012	1,9
1983	-2,9	2013	3,0
1984	5,4	2014	0,5
1985	7,8	2015	-3,5
1986	7,5	2016	-3,3
1987	3,5	2017	1,1
1988	-0,1	2018	1,1
1989	3,2	2019	nd

Fonte: IBGE - Sistema de Contas Nacionais Referência 2010.

Elaboração: Ipeadata/Dimac.

Nos anos 1980, a taxa de variação do investimento acumulou 33,1%, situando-se relativamente abaixo do PIB acumulado. Já nos anos 2010 (sem computar 2019), atingiu 12,5%, também abaixo da evolução acumulada do PIB.

### População

O Brasil possuía 121,2 milhões de habitantes em 1980. Encerrou 1989 com 146,7 milhões. Já nesse período se verifica a diminuição do ritmo de crescimento populacional, que passa da taxa de 2,3% em 1981 para 1,9% no último exercício.

A tendência permanece de lá até 2019, porém numa velocidade menor. Em 2010, o País somou 196,8 milhões; e ultrapassou 212,5 milhões em 2019. Já a taxa caiu de 1% no início dessa década para 0,8% no intervalo de dez anos.

Se por um lado o ritmo de crescimento da população tem diminuído, por outro a melhoria das condições de saúde – juntamente com o desenvolvimento da medicina; o surgimento de novas terapias e remédios; e o acesso universal à saúde oferecido pelo Estado –, tem propiciado ao brasileiro viver mais.

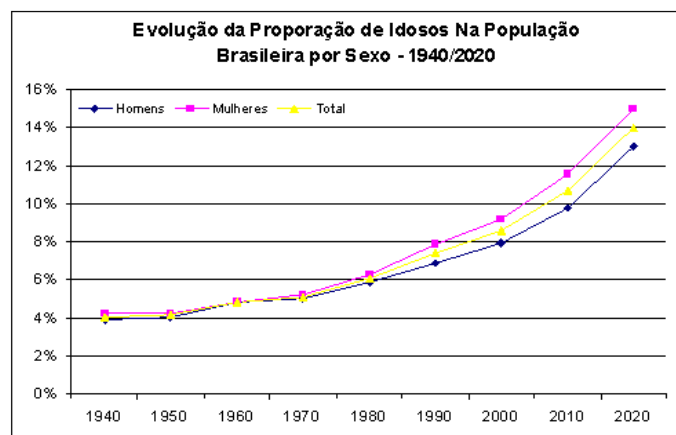
Entre 1980 e 2018, a expectativa de vida subiu 13,8 anos. Portanto, o brasileiro elevou em quatro meses e alguns dias sua expectativa de vida ao nascer a cada ano.

O aumento da expectativa de vida implicou na maior proporção de idosos na população, porque tanto homens quanto mulheres passaram a viver mais.

Na década de 1980, os idosos participavam algo em torno de 6% da população. Em 2010, a taxa praticamente dobrou, a despeito do gênero.

Expectativa de Vida	
Ano	Tempo (anos)
1980	62,5
1985	64,4
1990	66,3
2010	73,9
2015	75,5
2018	76,3

Fonte: IBGE.



### Taxa de Desemprego

No início dos anos 1980, os ajustes que o País fez para equacionar seus problemas externos redundaram no aumento do desemprego até meados da década. Posteriormente, a economia voltou a crescer, tendo como efeito a diminuição da massa de desempregados.

O cenário é diferente a partir de 2010. Primeiro, porque o nível de desemprego tornou-se mais elevado. Segundo, porque a partir da metade da década ele sobe rapidamente.

Quando o setor privado diminui investimentos e o governo decide reduzir despesas para conter o avanço do desequilíbrio das contas, as iniciativas resultam no corte de postos de trabalho, tornando o desemprego crescente, até atingir dois dígitos em 2016. Verifica-se que a taxa posteriormente permanece alta, denotando a pouca capacidade de reação do mercado de trabalho.

Taxa de Desemprego Aberto (%) ***			
Anos 80	%	Anos 2010	%
1981	7,9	2010	6,7
1982	6,3	2011	6,0
1983	6,7	2012	7,3
1984	7,1	2013	7,2
1985	5,3	2014	6,9
1986	3,6	2015	8,3
1987	3,7	2016	11,3
1988	3,9	2017	12,8
1989	3,4	2018	12,3

Fontes: FGV/Ibre, CNI e IBGE/PME. Elaboração: Ipeadata/Dimac.  
\*\*\* Média anual.

### Inflação

Os nascidos pós-1994 não fazem ideia do que era conviver com as agruras e incertezas do comportamento altista dos preços durante os anos 1980. Na época, a indexação dos preços gerou um processo contínuo e ascendente que se transformou em hiperinflação nos últimos anos.

A inflação é um dragão que deve ser combatido porque reduz as rendas, corrompe a moeda e desconfigura os cenários, tornando-os turvos ao atrapalhar o planejamento, entre outros efeitos.

Na década de 1980, as políticas para debelá-la transformaram a economia numa laboratório de experimentos heterodoxos com os planos de congelamento/tabelamento de preços, câmbio e salários. Por intermédio dos planos heterodoxos, as autoridades buscaram inovar o combate à inflação tentando interromper o processo altista de preços de maneira não convencional.

Ano	IGP %	Ano	IPCA %
1980	110,24	2010	5,91
1981	95,20	2011	6,5
1982	99,72	2012	5,84
1983	210,99	2013	5,91
1984	223,81	2014	6,41
1985	235,11	2015	10,67
1986	65,03	2016	6,29
1987	415,83	2017	2,95
1988	1.037,56	2018	3,75
1989	1.782,89	2019	4,31

Fonte: FGV e IBGE.

Os congelamentos foram medidas que interferiram nas leis de mercado. Não conseguiram apagar plenamente o incêndio inflacionário porque não atingiram as causas básicas da inflação, como o excesso de demanda do setor público com os déficits e a emissão monetária acima do nível de produto, entre outras causas.

Os planos até conseguiram estancar o processo de alta mais acelerada da inflação. No entanto, depois que a economia se destravava das amarras do congelamento, todos sucumbiram, observando-se a retomada da inflação em seguida.

Dessa forma, Cruzado (1986), Cruzado II (1986), Plano Bresser (1987) e Verão (1989) se constituíram em tentativas (frustradas e fracassadas) de quebrar a espinha dorsal da inflação. Na prática, produziram distorções nos preços relativos, defasaram o câmbio e arrocharam os salários, além de impedir que o livre mercado (oferta e demanda) regulasse a formação dos preços.

Já com a estabilidade monetária promovida pela reforma monetária do real (1994), a partir de 1999 o regime de metas direcionou a atuação do Banco Central no combate à inflação, com resultados benignos desde então.

Nos últimos anos de 2010, a inflação brasileira posicionou-se em patamar de países desenvolvidos, em grande razão por conta da queda da demanda decorrente da recessão e da atuação do Banco Central em face do sistema de metas.

## Desigualdade

O processo de desigualdade no Brasil é histórico assim como estrutural, tendo origem durante a colonização no Século XVI. Isso porque o País se organizou por meio da produção escravista, inserindo-se no mercado internacional como exportador de primários. Dessa forma, registrou perdas nas relações de troca e fragilizou o balanço de pagamentos, tornando-se bastante vulnerável a crises externas.

Por quase 400 anos, não fortaleceu seu mercado interno de consumo. Uma das principais consequências disso foi o enfraquecimento do setor industrial, uma vez que os bens eram quase todos importados. Outra foi a demora em constituir indústria de base.

Nos anos 1980, como grande vendedor de produtos agropecuários, o País fechou-se às importações devido à necessidade de gerar mega-superávits para computar divisas internacionais que evitassem problemas cambiais e inadimplência externa. Nessas

condições, os problemas da má distribuição da renda acentuaram-se em virtude da inflação e do desemprego consequente das recessões em 1981 e 1983.

Nos anos 2010, a concentração aumenta em dois momentos: tanto durante o período recessivo quanto na fase de recuperação a partir de 2017. Os efeitos da má distribuição advieram do massivo desemprego e da diminuição dos rendimentos médios. As crises de 2015-16, aliadas às dificuldades de a economia voltar a crescer de modo mais robusto, explicam o desenvolvimento do processo de concentração. A situação faz com que os anos 2010 tornem-se preocupantes, porque ela explicita que o processo de diminuição das iniquidades constatado a partir de 2002 chegou ao fim.

Na década de 2000, a economia pôde crescer com forte pressão de demanda, geração de empregos e elevação do consumo, sem fortes pressões sobre a formação de preços, aproveitando a onda do crescimento global e a ascensão dos preços das commodities.

Então, comparando as duas décadas, tem-se que a conjuntura econômica determinou o aumento da concentração da renda nos anos 1980. E nos anos 2010 também. Só que nesse último período a distribuição da renda fica bem mais concentrada, dada a natureza estrutural e conjuntural dos problemas. É o que mostra o Índice de Gini nas duas séries, tanto a partir de 1981 quanto de 2011.

Ano	Índ. Gini	Ano	Índ. Gini
1981	0,584	2011	0,531
1982	0,587	2012	0,530
1983	0,589	2013	0,527
1984	0,588	2014	0,518
1985	0,592	2015	0,523
1986	0,586	2016	0,611
1987	0,597	2017	0,619
1988	0,606	2018	0,624

Fonte: IPEA, FGV e IBGE.

### Carga Tributária

A ponderação dos impostos incidentes sobre a renda do setor produtivo e a das famílias apresentou significativa diferença entre os períodos. Na década de 1980 até cai entre 1980-88, enquanto sobe entre 2010-2018.

No primeiro período, o patamar de cobrança de impostos mostrou-se menor na medida em que a presença do Estado na economia também era inferior. Um dado interessante a destacar é que houve diminuição da carga tributária a partir de 1986, possibilitando estimar a vigência da política fiscal como fator de estímulo ao aumento da renda disponível, visando ao crescimento econômico.

Ano	CT/PIB (%)	Ano	CT/PIB (%)
1980	24,5	2010	32,5
1981	25,3	2011	33,2
1982	26,3	2012	32,9
1983	27,0	2013	32,6
1984	24,3	2014	31,9
1985	24,1	2015	32,2
1986	26,2	2016	32,3
1987	23,8	2017	32,6
1988	22,4	2018	33,6

Fonte: BNDES de 1980-1988 e STN de 2010-2018

Quanto aos anos 2010, a carga tributária acima de 30% do PIB denotou a voracidade fiscal para o financiamento do crescimento dos gastos públicos. Se na década de 1980 menos de ¼ da renda nacional se direcionava para custear os gastos do governo, a partir de 2010 essa fonte de financiamento sobe para perto de 1/3 do produto interno.

Assim, a carga tributária subiu para compensar o aumento da participação do Estado na economia, porque a política fiscal funcionou para justificar o intervencionismo realizado pelo governo.

Nesse contexto, a evolução da carga tributária entre 2010-2018 mostra aumento da participação relativa de municípios e estados numa ligeira proporção acima do governo central. Isso se deveu porque muitos municípios e estados revelaram forte desequilíbrio fiscal, situação que exigiu da sociedade maior contribuição para o equacionamento dos déficits.

	2010	2018	2018/2010
Entes	% PIB	% PIB	Evolução
Municípios	1,8	2,3	0,5
Estados	8,3	8,7	0,4
Gov Central	22,4	22,7	0,3
<b>Total em % PIB</b>	<b>32,5</b>	<b>33,7</b>	<b>1,2</b>

Fonte: Sec. Tesouro Nacional.

O cenário apresenta-se preocupante ao se constatar que nos três níveis de governo há elevado comprometimento da arrecadação com número reduzido de despesas, como o pagamento dos juros e amortização das dívidas; e folha de pessoal com funcionários ativos e inativos.

## Setor Externo

Embora o Brasil tenha elevado a corrente de comércio (exportações mais importações) em 831% (mais de nove vezes) entre os anos de 1980 e 2019, praticamente não mudou a sua participação no mercado internacional (1%) nesses anos todos.

O crescimento da corrente comercial tem a ver com a expansão do volume das vendas externas e a abertura proporcionada aos bens importados, fatores que determinaram maior dinamismo à economia brasileira e avanço relativo tecnológico.

Balança Comercial Brasileira - em US\$ Bilhão

ANO	EXPORT	IMPORT	SALDO	Corrente de Comércio	ANO	EXPORT	IMPORT	SALDO	Corrente de Comércio
1980	20,1	23,0	-2,8	43,1	2010	201,8	181,8	20,0	383,6
1981	23,3	22,1	1,2	45,4	2011	255,9	226,2	29,7	482,2
1982	20,2	19,4	0,8	39,6	2012	242,3	223,4	18,9	465,6
1983	21,9	15,4	6,5	37,3	2013	242,0	239,7	2,3	481,6
1984	27,0	13,9	13,1	40,9	2014	225,0	229,1	-4,2	454,1
1985	25,6	13,2	12,5	38,8	2015	191,0	171,5	19,5	362,4
1986	22,3	14,0	8,3	36,4	2016	185,2	137,6	47,6	322,8
1987	26,2	15,1	11,2	41,3	2017	217,7	150,7	67,0	368,5
1988	33,8	14,6	19,2	48,4	2018	239,3	181,2	58,0	420,5
1989	34,4	18,3	16,1	52,6	2019	224,0	177,3	46,7	401,3

Fonte: Ministério da Economia.

No entanto, problemas logísticos, custos portuários, burocracia, juros, baixa qualificação da mão de obra seguida da baixa produtividade, impostos elevados e tarifas públicas caras, entre outros motivos, podem ser apontados como barreiras que impedem a maior participação dos produtos brasileiros lá fora. Muitos desses fatores já influenciavam negativamente o desenvolvimento da balança comercial desde os anos 1980.

Nos 20 anos que cobrem as duas décadas em exame, somente por duas vezes as importações superaram as exportações (1980 e 2014). A principal explicação para isso reside na maneira como o País se insere no mercado global das transações de bens, serviços e movimentação de capitais.

Por necessidade de gerar divisas e vocação de exportar produtos básicos, o Brasil precisa compensar os déficits na balança de serviços, por intermédio da realização de superávits comerciais, para que problemas de desequilíbrio no balanço de pagamentos sejam evitados no caso de os investimentos externos tornarem-se insuficientes.



## Bolsa de Valores

As taxas da variação anual nominal (sem excluir a inflação) da bolsa de valores (no caso, medidas pelo Ibovespa) ao longo dos anos 1980 causam confusão ao entendimento por revelarem padrões elevadíssimos.

Naquela época, a inflação muito alta acompanhada da indexação acabava por mascarar os ganhos reais do mercado acionário e de outros, na medida em que havia grande volatilidade dos preços das ações.

Em razão da conjuntura e do reduzido número de investidores, o ambiente especulativo na bolsa era composto de maiores riscos e imprevisibilidade do que na década de 2010.

Ibovespa - Var Anual Nominal			
Ano	Var. %	Ano	Var. %
1980	44,18	2010	1,04
1981	113,81	2011	-18,11
1982	63,9	2012	7,4
1983	759,31	2013	-15,5
1984	441,51	2014	-2,91
1985	401,58	2015	-13,31
1986	41,24	2016	38,93
1987	34,87	2017	26,86
1988	2549,49	2018	15,03
1989	1762,5	2019	15,07

Fonte: Ibovespa.

Não bastasse a desorganização do planejamento, dada a magnitude das incertezas com relação à inflação, e as possíveis medidas de choque que o governo poderia tomar, grande parcela da massa de lucros das empresas era constituída pelos resultados operacionais das aplicações financeiras no *open market*.

Nos anos 2010, salienta-se o aumento do número de pessoas operando com ações no Brasil, reflexo sobretudo da estabilidade de preços, do crescimento da economia entre 1980 e 2010 e do desenvolvimento do mercado de capitais.

Além da estabilidade inflacionária, o advento de recursos inexistentes nos anos 1980, como internet, celulares, notebooks e aplicativos, entre outros, possibilitou o acesso de um maior número de pessoas ao maior número de aplicações financeiras. Nesse quadro, o número de pessoas com ações na bolsa de valores mais do que dobrou, ultrapassando 1,29 milhão no fim dos anos 2010.



Fonte: Bolsa de Valores.

## Conclusões

A comparação entre o que aconteceu com a economia brasileira nos anos 1980 e 2010 revelou que o País enfrentou crises que comprometeram o crescimento nesses dois períodos. Contudo, os efeitos foram contundentes nos anos 2010.

A recessão de 2015 e 2016 atingiu mais profundamente a atividade produtiva do que na década de 1980. Prova disso foi que o Brasil não apresentou a mesma capacidade de voltar a crescer. Como resultado, o crescimento relativo da década de 2010 é pífio e menos da metade dos anos 1980.

Os efeitos da baixa capacidade de recuperação econômica produziram ampliação da desigualdade social. A conjuntura se tornou perversa porque deteriora o processo de diminuição das iniquidades sociais observado nos anos 2000.

A década de 2010 tornou-se mais prejudicial para sociedade porque, tantos em termos relativos quanto absolutos, os números do desemprego foram crescentes. Da mesma forma, observou-se que a distribuição da renda foi mais perversa.

Não obstante a isso, houve transformações positivas. O aumento da expectativa de vida, com os idosos ampliando participação na pirâmide social, reflete melhorias nas condições de vida.

A conquista da estabilidade inflacionária é outro tema que merece destaque.

Entre os extremos dos períodos comparados (1980 e 2019), a corrente de comércio exterior do Brasil foi multiplicada por nove. Mesmo que a participação do País no mercado internacional ainda seja baixa (1%), o Brasil desenvolveu a sua vocação de economia exportadora de bens primários, tornando-se um dos maiores celeiros do mundo. Por outro lado, as importações tornaram-se cada vez mais importantes para a modernização produtiva e o requinte do consumo doméstico.